

Campanha Jubileu, uma escola de formação política

Pe Bernardo Lestienne SJ *

A Campanha Jubileu no Brasil representa um riquíssimo processo de organização, formação e expressão política popular que fortaleceu a vida democrática participativa no país.

A campanha se articulou em julho de 1998, durante simpósio em Brasília sobre a dívida externa. Chamava-se Campanha Jubileu 2000 contra a Dívida Externa. Para ampliar a mobilização, organizou-se um Tribunal da Dívida, em maio de 1999 no Rio. Foi então decidido organizar um plebiscito popular nacional no ano seguinte. O país todo debateu sobre o tema da dívida externa, 6 milhões de pessoas votaram. Em 2001 a campanha promoveu a organização de uma auditória cidadã da dívida, ainda em curso, para mostrar a quem as dívidas *beneficiam*. No ano 2002, organizou de novo um plebiscito popular sobre o tema da Alca. Foi outra vitória política da sociedade civil organizada. Nas ruas, escolas, fábricas, ônibus e trens, falou-se sobre o assunto. Foram milhares de debates públicos. Mais de dez milhões se expressaram.

Como conseguimos tal mobilização? Jubileu se situa no processo histórico de resgate democrático do país. No final da ditadura, a sociedade iniciou sua reconstrução democrática, *desde zero*. Os valores de participação, justiça e solidariedade, que nortearam as lutas durante os anos de repressão, marcaram o nascimento do PT, bem como o surgimento dos novos movimentos sociais, populares e culturais combativos (MST, sindicatos, indígena, mulheres, negros, igrejas etc). Desde 1985, esses movimentos e o PT (em particular as quatro campanhas de Lula à Presidência) conseguiram manter vivo o debate político. Jubileu beneficiou-se deste ambiente, e o animou.

Grandes mobilizações nacionais em torno de eventos particulares mantiveram também a sociedade alerta. “Diretas já” (1985), Constituinte (1987-88), impeachment de Collor (1992), Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (campanha do Betinho contra a fome/1993-94), e, mais recentemente, as três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001-03) foram momentos de maior consciência política. Em todos esses anos, cresceram a articulação e a convergência entre as lutas do PT pela conquista do poder e as da sociedade civil em defesa da cidadania. Aproximação e autonomia recíprocas favoreceram a politização da sociedade civil.

A cultura popular também contribuiu para a força da mobilização. Criatividade, alegria, esperança e solidariedade – traços e valores profundos do nosso povo – são recursos e forças poderosos para superar grandes obstáculos e se voltar para outro futuro. O povo valoriza o trabalho em mutirão. “Sem medo de ser feliz” ou “outro mundo é possível”, slogans criados no Brasil, carregam uma vigorosa força de transformação.

Mas é também a metodologia que explica o sucesso da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, pluralismo, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática etc, a Campanha Jubileu foi, e continua sendo, um magnífico laboratório e uma gigantesca escola de formação à democracia participativa.

Não é fácil avaliar os resultados de tamanha mobilização. Pode-se sublinhar, no entanto, a participação e conscientização política maior de muitas pessoas e o reforço da democracia. Temas considerados como tabus e tratados em segredo pelo governo, como os da dívida e da Alca, tornaram-se públicos e hoje são amplamente discutidos na mídia.

- Economista do Ibrades - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Brasília

Os novos governos da América Latina frente à Alca

Paulo Passarinho *

Foi em 1994, durante reunião da Cúpula das Américas, que o governo norte americano aprovou o compromisso de iniciar as discussões em torno da proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), envolvendo os 34 países das Américas. Desde então, a pauta e o ritmo das negociações têm sido determinadas pelos interesses dos Estados Unidos.

Segundo a ótica norte americana, a Alca constituir-se-ia em complexo acordo econômico, envolvendo – além das questões relativas ao comércio – regras específicas para as áreas de serviços, investimentos, compras governamentais e direitos de propriedade intelectual. Mais grave: na região já existe tratado semelhante em funcionamento, o Nafta – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, envolvendo Estados Unidos, Canadá e México. Esses três países são as maiores economias das Américas. O conjunto

de suas produções representa 90% de tudo o que a região produz. Ou seja: caso venha a ser constituída, a Alca viria a ser uma mera extensão do Nafta.

Os planos dos EUA em meados da década passada eram facilitados pela presença na América Latina de governos absolutamente alinhados aos seus interesses. No Brasil, em 1994, iniciava-se o Plano Real que tornou a economia brasileira vulnerável a fatores internacionais, ampliando nossa dependência externa e intensificando o endividamento. Esses fatores levaram o governo FHC a assumir uma posição dócil em relação aos interesses e pressões dos EUA.

Por força do fracasso das políticas neoliberais na América Latina nos anos 90, houve mudanças internas em vários países, sendo mais notórios os casos da Venezuela, do Brasil e da Argentina, com as respectivas vitórias para a Presidência da República de Hugo Chávez, Luis Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner.

O caso brasileiro é o mais relevante pelo fato de ser a economia de maior interesse a ser capturada pela Alca. Há quem afirme que sem a adesão do Brasil, a proposta ficaria inviabilizada. Prova disso é a tentativa dos EUA – já implementada – de estabelecer acordos bilaterais com vários países da região, independentemente do avanço (ou não) da proposta da Alca.

A posição brasileira é a de reduzir a pauta de negociações – prevista para se concluir em janeiro de 2005 – às questões de comércio e, residualmente, a aspectos da área de serviços. Os demais pontos seriam remetidos às negociações no âmbito da OMC, onde as discussões são mais complexas e vagarosas. Ocorre que a posição dos EUA é justamente inversa: seu desejo é remeter para a OMC as questões relativas ao comércio, em especial as relativas à agricultura e aos polêmicos subsídios agrícolas.

Trata-se de um encaminhamento que, se for mantido pelo governo brasileiro, poderá, na prática, inviabilizar os propósitos originais dos Estados Unidos e até mesmo o tratado. A posição do governo Lula prevê que tal estratégia seja adotada pelos países do Mercosul (incluindo Argentina, Uruguai e Paraguai) como forma de torná-la mais forte, o que já foi aceito por esses países. Contudo, não podemos nos iludir: a posição dos movimentos sociais será muito importante. E a manutenção da firme denúncia de todos os riscos contidos à soberania de nossos países será fundamental, junto com a clara posição contrária à Alca, para que possamos vencer a armadilha dos norte americanos.

- Coordenador-geral do Sindicato dos Economistas do RJ

Na teia

Nesta edição, trazemos uma discussão ampliada sobre a Alca, baseada nos principais trechos de uma mesa redonda realizada no Pacs em junho, com Robson Aguiar, membro da secretaria-executiva da campanha contra a Alca no Rio de Janeiro desde o ano passado; Sandra Quintela, socioeconomista do Pacs e membro das coordenações estadual, nacional e continental contra a Alca; e José Luís Patrola, da coordenação do MST no Rio de Janeiro.

Entrevistador: Alain Simon

Qual a importância de retomar o abaixo-assinado contra a Alca, a dívida e a militarização no Brasil?

Sandra – O abaixo-assinado é um instrumento pedagógico para estimular o debate em torno da Alca. No ano passado, o plebiscito foi feito em outro contexto, de eleições presidenciais. A idéia de utilizar o abaixo-assinado como instrumento foi decidida para que o debate em torno da Alca, da dívida e da militarização, especificamente em torno da Base Militar de Alcântara, não caísse no esquecimento.

Robson – E como instrumento pedagógico, o objetivo é justamente dar continuidade à campanha. Foi uma experiência organizativa que há muito tempo não se via no Brasil. A campanha trabalhava com a pessoa comum, a dona de casa, o operário, o professor, o aluno. Todos poderiam ter o mesmo entendimento a partir das reuniões dos comitês. Isso é usado como exemplo para a campanha na América Latina – não é só a proporção dos votos que o plebiscito teve, mas a organização envolveu milhares de pessoas anônimas que, em sua maioria, não eram militantes tradicionais.

O abaixo-assinado será entregue aos representantes dos três poderes em setembro. Como vai ser esse encaminhamento?

José Luís – O abaixo-assinado tem um significado simbólico de mobilização social. Entregar milhões de assinaturas tem uma simbologia que vai fazer com que o poder público tome uma atitude. A atitude dos

nossos sonhos é que haja um plebiscito oficial sobre a Alca, que as pessoas sejam de fato convocados pelo governo a se manifestar contra ou a favor da Alca.

O que significa fazer um plebiscito?

Sandra – O plebiscito é um mecanismo previsto na Constituição brasileira. É uma consulta pública à população sobre um processo que está em andamento. A campanha está apoiando um projeto do Saturnino Braga, senador do Rio de Janeiro, que sugere um plebiscito para consultar a população sobre a suspensão da Alca por 20 anos. Economias tão desiguais, como a do Brasil e a dos Estados Unidos, não têm condições de entrar em pé de igualdade. Daí a proposta de dar um tempo até 2025, espera-se que nesse período nossa economia se fortaleça e possamos ter condições de negociar com a Alca. A justificativa do projeto é essa.

Poderiam explicar a ligação entre os temas dívida, militarização e Alca?

José Luís – Avaliamos que há uma estratégia dos Estados Unidos de controle das economias do mundo, estabelecer mercados que possam concorrer com a União Européia. As estratégias se complementam a partir do controle territorial. Para se controlar um território, controla-se o público econômica e militarmente. No caso do continente Sul, isso estaria acontecendo de forma simultânea. Por um lado o controle da economia, com a dívida. O controle militar acontece pelo estabelecimento de bases militares. Nenhum país tem o direito de assumir que outro coloque uma base militar em suas terras, é uma vergonha. Por isso os três temas têm uma afinidade muito grande.

Sandra – A expansão imperialista dos Estados Unidos é bem articulada e temos também que dar uma resposta bem articulada. Cabe a nós, em nosso processo de formação, deixar muito claro essa articulação e criarmos alternativas articuladas.

Robson – É fato também o processo cultural que essas ações envolvem. É difícil, nos dias de hoje, conseguir realizar um processo de denúncia massiva na América Latina justamente por conta da questão cultural. O mais difícil nesse processo é denunciar, popularizar, massificar esses mecanismos que às vezes passam despercebidos para a maioria da população, principalmente a questão da militarização.

Bússola

Informações novas para todo gosto

A partir deste mês, será possível acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos pelo Pacs na internet (www.pacs.org.br). A página, produzida pela empresa Ponto Com, traz dados sobre a origem, gestão, parcerias, projetos e publicações, além de programação de eventos e sugestões de leituras e de outros sítios.

Já está no ar também o 5º CD da série *Trocando em Miúdos – Um programa para você entender de economia*. Os programas tratam dos temas Alca, Gestão Participativa, Rede de Trocas Solidária, Bolsa de Valores e FMI. Cerca de 800 rádios em todo o Brasil receberam os CDs com os programas.

A série *Semeando Socioeconomia* chegou ao sétimo número. Desta vez, o tema do documento bilíngüe (português/espanhol) é “Economia Solidária no Fórum Social Mundial 2002”. Acaba de ser lançado também o segundo número da série *Globalização e Solidariedade*. A publicação, assinada por Marcos Arruda e Pedro Quaresma de Araújo, tem como título “Governo Lula e o acordo com o FMI: existem alternativas”.

O CD e as publicações podem ser adquiridos na sede do Pacs, por pedidos eletrônicos (pacs@pacs.org.br) ou pelo correio (Av. Rio Branco, 277 / 1609 – Centro – Rio de Janeiro-RJ). Mais informações: (21) 2210 2124.

Feminismo em Marcha

Cerca de 50 pessoas participaram da *Oficina Mulheres e Economia*, realizada nos dias 1º e 2 de agosto, no Rio de Janeiro. O evento, promovido pelo Pacs e Marcha Mundial de Mulheres, contou com a presença de Nalu Faria, da Sempreviva Organização Feminista (SOF), e de Sandra Quintela, do Pacs. O surgimento e a evolução do movimento feminista, as características do modelo econômico capitalista, as

alternativas possíveis e o papel das mulheres nesse contexto foram alguns dos temas debatidos durante os dois dias. A discussão foi enriquecida pelos depoimentos de representantes de diversas entidades (do movimento negro, jovem, lésbicas, idosos, associações de moradores, associação de cooperativas etc) de várias localidades do estado.

Rumo à cidadania ativa

Em 29 de julho, aconteceu a penúltima de uma série de audiências públicas estaduais realizadas pelo governo Lula em todo o país sobre o Plano Plurianual (PPA). O encontro foi aberto ao público, com presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, e da ministra de Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, além do presidente do BNDES, Carlos Lessa, o senador Saturnino Braga, o superintendente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, José Domingos Vargas, o secretário de estado da Saúde, Gilson Cantarino, e o coordenador do Fórum de Participação Social do Rio de Janeiro, Ricardo de Gouvêa Corrêa. O evento, organizado pela Abong/Interredes, contou com representantes de 130 entidades e foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério do Planejamento. O Pacs participou com um representante em cada grupo de trabalho: Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes - grupo 1, Inclusão social e redução das desigualdades; Pedro Quaresma - grupo 2, Crescimento com geração de trabalho e renda e Sandra Quintela - grupo 3, Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Os grupos discutiram os desafios contidos em cada mega-objetivo, assim como o que fazer para articular o governo e a sociedade civil para a construção de um fórum permanente. O governo anunciou ainda a realização de um fórum em 2004 para revisão do PPA.

Hora certa

- As feiras de trocas solidárias continuam acontecendo no Museu da República, das 18h às 21h. O museu fica na Rua do Catete, nº 153. Informações no Pacs.
- O Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP) realiza reuniões abertas ao público às segundas 3ªs feiras de cada mês. Confira a agenda no Cedac com Marcos ou Nete: (21) 2509-0263.
- O Grupo de Trabalho (GT Jurídico) do FCP está se encontrando no Círculos Jurídicos sobre a proposta de uma Cooperativa Integral. Reunião no dia 20 de setembro. Informações no Cedac, com Marcos ou Nete. cedactrab@alternex.com.br.
- De 11 a 14 de novembro acontece em Belo Horizonte encontro da Rede Brasileira de Socioeconomia solidária, Informações no Pacs com Ruth.

Ação local pela soberania

Terezinha Pimenta *

As ações da Campanha Jubileu Sul se iniciaram em Jacarepaguá na ocasião do Plebiscito da Dívida Externa, envolvendo a equipe do Pacs e participantes do Fórum Mobilizador da Cidadania Ativa (FMCA), tanto nas ações de esclarecimento que antecederam o período da consulta quanto no trabalho de coleta de votos e na apuração das urnas. Como resultado, pudemos contar com cerca de 1.400 votantes.

Em 2002, repetimos a dose com o Plebiscito contra a Alca. Dessa vez, tivemos ajuda do Curso de Formação de Formadores, viabilizado pela Coordenação Estadual da Campanha para cerca de 700 participantes de todo o estado, o que motivou a criação de diversos comitês regionais, inclusive o de Jacarepaguá. A partir de reuniões quinzenais do comitê, organizamos panfletagens e oficinas de formação em escolas, igrejas e com outros grupos interessados no tema, ampliando a troca de informações e a participação nas discussões relativas ao campo macropolítico em âmbito local. Desta forma, na Semana da Pátria, conseguimos a participação de 11.236 votantes.

Neste ano, a campanha tem uma nova meta a atingir. Ultrapassar o número de participantes no Plebiscito de 2002, agora pela coleta de assinaturas, reivindicando ao governo uma auditoria da dívida, a realização de um plebiscito oficial a respeito dos impactos da Alca e o definitivo cancelamento do projeto de lei que permite o uso da Base Militar de Alcântara pelos EUA. Assim, nos defrontamos com novos desafios.

No novo contexto político, as agendas dos movimentos sociais têm sido intensamente ocupadas por uma enxurrada de propostas de políticas públicas. Aliado ao excesso de atividades, instala-se uma divisão de opiniões acerca da necessidade de continuar nas atividades da campanha. Afinal, *o governo agora é nosso!* O efeito desse processo tem sido o esvaziamento da iniciativa.

Lançamos, então, um alerta: as pressões que esse *nosso governo* vem sofrendo são inúmeras, o que afeta diretamente toda a orientação de suas decisões. Cabe a nós, trabalhadoras e trabalhadores deste país, exercer pressão permanentemente para garantir que tal orientação nos favoreça.

Por isso, mais do que nunca, o debate deflagrado pelo abaixo-assinado sobre questões que afetam diretamente a nossa vida deve ser estimulado. Seja nas ruas com coleta de assinaturas, seja nas atividades de formação, durante as quais informações são trocadas e aprofundadas. Afinal, o principal objetivo é a ampliação do debate entre a população. Todo esse movimento está acontecendo e se intensificará até a Semana da Pátria, entre os dias 1º e 7 de setembro. Temos o desafio de sensibilizar mais de 10 milhões de pessoas para o tema. O governo não pode ignorar uma manifestação como essa.

Em Jacarepaguá, nossa meta é ultrapassar 11 mil participantes. Algumas pessoas têm coletado assinaturas de forma persistente nos últimos meses. Mas a campanha na região precisa de mais força. Um número maior de pessoas coletando assinaturas e de atividades de formação, conforme aconteceu nos últimos anos. O comitê de Jacarepaguá esteve se reunindo no 2º Encontro de Formação de Formadores, no Colégio D. Pedro II de São Cristóvão, formulando novas estratégias de ação. Entre em contato conosco, participe. Esta é uma luta de todas e todos nós!

* Psicóloga, assistente de projetos do Pacs

Tel.: (21) 2210-2124 ou educ@pacs.org.br

Brasil expresso

O segundo semestre deste ano começou traçando perspectivas promissoras de fortalecimento do tema da economia solidária no Brasil. No início de junho, realizou-se a Plenária Estadual no Rio de Janeiro, quando os diversos grupos se organizaram para participar da constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que aconteceu no final daquele mês, em Brasília. “Os grupos puderam trocar experiências e conhecer iniciativas até então praticamente anônimas, que acontecem no interior do estado”, lembrou Robson Patrocínio, que representou o Pacs no evento.

Sobre o Fórum Brasileiro, principal interlocutor da Secretaria Nacional de Economia Solidária do governo Lula. O desafio é que os empreendimentos populares sejam de fato sujeitos desse processo”, enfatizou. O evento durou 3 dias, com a participação de mais de 800 pessoas de todo o Brasil.

Calendário da Campanha da Alca no mundo

Agosto

23 São Paulo – plenária sudeste dos movimentos sociais (movimentosociais@uol.com.br)

20 a 24 Haiti – 3ª Assembléia dos Povos do Caribe

26 Brasília – Marcha das Margaridas

Setembro

1-7 Brasil – Semana Nacional de Vacinação contra a Alca – mutirão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado da Campanha contra a Alca

7 Brasil – Grito dos Excluídos, 3 mil atos públicos simultâneos

8-13 – Todo o Mundo – Semana do Boicote aos produtos estadunidenses (MC Donalds/ Eссо/ Texaco/ Coca-cola)

9 Todo o Mundo – Dia Internacional de Ação contra a OMC

13 Todo o Mundo – Marcha Global contra a Guerra Econômica e Militar. Manifestações massivas em todo mundo

10-14 Cancún, México – mobilização contra reunião ministerial da OMC

16 Brasília – entrega das listas do abaixo-assinado ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal

Outubro

4-5 Nova Iguaçu – Fórum Social Fluminense. Tel: (21) 2232-8178 ramais 27/33 forumsocialcarioca@hotmail.com

4-11 Argentina – consulta popular sobre a Alca, a dívida e a militarização

12. Fronteira do México/EUA – mobilizações e fechamento de cinco pontes fronteiriças

12 Todas as Américas – Grito dos Excluídos Continental “Não à Alca e não à militarização”

12 Equador – consulta popular no Equador sobre Alca, militarização e políticas neoliberais

Novembro

7-9 Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Fórum Social Brasileiro

23 Todas as Américas – “Semana pela Paz e a Desmilitarização”, Campanha pela Desmilitarização das Américas (Cada)

19-21 Miami, FL, EUA – jornada de mobilização contra a reunião ministerial da Alca

22-23 Ft. Benning, Columbus, GA, EUA – mobilização contra a Escola das Américas